



CENTRO ASSISTÊNCIA PAROQUIAL DE CARIA

Relatório
e
Contas
2020



Parecer do conselho fiscal

Em conformidade com o disposto na alínea c) do artigo 26º dos Estatutos e no cumprimento do mandato que nos foi conferido, vem o Conselho Fiscal do Centro de Assistência Paroquial de Caria, submeter à vossa apreciação o seu parecer sobre os documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2020.

Ao longo do período em apreço, acompanhámos a atividade da Instituição. Da análise dos elementos contabilísticos da Instituição, de informações recebidas da área institucional e das reuniões com a vogal da Direção mandatada para o efeito, constatámos o bom cumprimento das disposições legais e estatutárias em vigor.

PARECER

Somos de parecer que o Relatório e Contas da Direção respeitante ao exercício findo e as demonstrações financeiras, apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Centro de Assistência Paroquial de Caria em 31 de dezembro de 2020.

Assim e após a análise de todas as peças, com que concordamos, propõe o Conselho Fiscal:

1. Que seja aprovado o Relatório e as Contas do Centro de Assistência Paroquial de Caria, referentes ao exercício de 2020.
2. Que se manifeste o reconhecimento a todos os colaboradores que contribuíram para o progresso da Instituição.
3. Concordar com a proposta apresentada pela Direção no sentido de proceder à transferência das Reservas escrituradas em conta própria, para a conta de Resultados Transitados no sentido de cobrir prejuízos anteriores.

Caria, 21 de julho de 2021

O Presidente

O Secretário

O Vogal

Maria João de Matos Fernandes



CENTRO ASSISTÊNCIA PAROQUIAL DE CARIA

Demonstrações financeiras



Handwritten signatures and initials in the top right corner.

BALANÇO EM 31/12/2020

Rúbricas	Notas	Período	
		31-12-2020	31-12-2019
Ativo			
Ativo não corrente			
Investimentos Financeiros	7	14.226,51	11.259,11
Ativos fixos tangíveis	8	21.823,85	27.649,56
Sub-Total		36.050,36	38.908,67
Ativo corrente			
Inventários	9	5.599,66	5.577,79
Créditos a receber	10	13.237,00	12.221,99
Estado e outros entes públicos	11	2.586,09	3.851,49
Diferimentos	12	620,01	
Outros ativos correntes	13	5.727,22	8.046,33
Caixa e depósitos bancários	14	167.147,38	122.767,01
Sub-Total		194.917,36	152.464,61
Total do ativo		230.967,72	191.373,28
Fundos Patrimoniais			
Fundos	15	38.507,20	38.507,20
Resultados transitados	15	-139.089,94	-104.175,93
Outros instrumentos de capital próprio		140.440,15	140.440,15
Sub-Total		39.857,41	74.771,42
Resultado líquido do período	15	-7.182,25	-35.356,69
Total do fundo patrimonial		32.675,16	39.414,73
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	16	60.000,00	
		60.000,00	
Passivo corrente			
Fornecedores	17	22.008,48	28.152,59
Estado e outros entes públicos	18	20.332,39	28.825,30
Outros passivos correntes	19	95.951,69	94.980,66
		138.292,56	151.958,55
Total do passivo		198.292,56	151.958,55
Total do fundo social e do passivo		230.967,72	191.373,28



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS

Rúbricas	Notas	Período	
		31-12-2020	31-12-2019
Vendas e serviços prestados	20	428.114,03	465.894,64
Subsídios, doações e legados à exploração	21	506.275,60	458.965,23
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	22	-128.465,76	-139.632,61
Fornecimentos e serviços externos	23	-155.709,76	-143.889,64
Gastos com o pessoal	24	-652.116,96	-670.548,34
Outros rendimentos	25	1.334,84	54,51
Outros gastos	26	-788,53	-468,04
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-1.356,54	-29.624,25
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	27	-5.825,71	-5.732,44
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-7.182,25	-35.356,69
Resultado antes de impostos		-7.182,25	-35.356,69
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		-7.182,25	-35.356,69



[Handwritten signatures and initials]

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Descrição	Notas	Período	
		31-12-2020	31-12-2019
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes		435.922,86	466.808,02
Recebimentos de subsídios, doações e legados à exploração		506.225,60	458.965,23
Pagamentos a fornecedores		-295.587,67	-269.947,25
Pagamentos ao pessoal		-524.463,83	-536.325,25
Caixa gerada pelas operações		122.096,96	119.500,75
Pagamento / recebimentos do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos / pagamentos		-134.389,19	-145.990,74
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-12.292,23	-26.489,99
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
<i>Pagamentos respeitantes a:</i>			
Ativos fixos tangíveis			-587,94
Investimentos financeiros		-2.967,40	-2.798,30
Fluxos de caixa das actividades de investimentos (2)		-2.967,40	-3.386,24
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
<i>Recebimentos provenientes de:</i>			
Financiamentos obtidos		60.000,00	
<i>Pagamentos respeitantes a:</i>			
Juros e gastos similares		-360,00	
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		59.640,00	
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		44.380,37	-29.876,23



CENTRO ASSISTÊNCIA PAROQUIAL DE CARIA

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DOS FUNDOS PATRIMONIAIS 2019

Descrição	Notas	Fundo Patrimonial	Resultados transitados	Outros instrumentos capital próprio	Resultado Líquido do período	Total
Posição em 31 de Dezembro de 2018	1	38.507,20	-61.858,99	140.440,15	-42.316,94	74.771,42
Alterações no período						
Aplicação do resultado de 2018	15		-42316,94		42.316,94	
Outras variações 2019	15					
Sub - total	2		-42.316,94		42.316,94	
Resultado líquido do período de 2019	3				-35.356,69	-35.356,69
Posição no fim do período de 2019	4=1+2+3	38.507,20	-104.175,93	140.440,15	-35.356,69	39.414,73



CENTRO ASSISTÊNCIA PAROQUIAL DE CARIA

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DOS FUNDOS PATRIMONIAIS 2020

Descrição	Notas	Fundo Patrimonial	Resultados transitados	Outras variações fundo social	Resultado Líquido do período	Total
Posição em 31 de Dezembro de 2019	1	38.507,20	-104.175,93	140.440,15	-35.356,69	39.414,73
Alterações no período						
Aplicação do resultado de 2019	15		-35.356,69		35.356,69	
Outras variações 2020	15		442,68			
Sub - total	2		-34.914,01		35.356,69	
Resultado líquido do período	3				-7.182,25	-7.182,25
Posição no fim do período de 2020	4=1+2+3	38.507,20	-139.089,94	140.440,15	-7.182,25	32.675,16



CENTRO ASSISTÊNCIA PAROQUIAL DE CARIA

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR VALÊNCIAS

Rendimentos e Gastos	Apoio Domiciliário	Centro de Dia	Lar	Creche	Jardim	ATL	Períodos	
							31-12-2020	31-12-2019
Vendas e serviços prestados	53.985,10	14.064,60	320.584,34	9.665,09	13.047,65	16.767,25	428.114,03	465.894,64
Subsídios, doações e legados à exploração	99.592,79	20.482,36	224.681,77	86.638,90	53.565,23	21.314,55	506.275,60	458.965,23
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-23.123,84	-10.277,26	-51.386,30	-12.846,58	-10.277,26	-20.554,52	-128.465,76	-139.632,61
Fornecimentos e serviços externos	-24.074,02	-27.893,31	-76.057,32	-10.846,06	-11.278,24	-5.560,81	-155.709,76	-143.889,64
Gastos com o pessoal	-118.262,54	-31.440,24	-349.492,70	-70.562,45	-55.525,63	-26.833,40	-652.116,96	-670.548,34
Outros rendimentos	189,62	189,64	386,66	189,64	189,64	189,64	1.334,84	54,51
Outros gastos	-20,99	-67,91	-398,36	-102,25	-162,52	-36,50	-788,53	-468,04
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	-11.713,88	-34.942,12	68.318,09	2.136,29	-10.441,13	-14.713,79	-1.356,54	-29.624,25
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-174,78	-582,58	-3.320,66	-582,58	-1.106,89	-58,22	-5.825,71	-5.732,44
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-11.888,66	-35.524,70	64.997,43	1.553,71	-11.548,02	-14.772,01	-7.182,25	-35.356,69
Juros e gastos similares suportados								
Resultado antes de impostos	-11.888,66	-35.524,70	64.997,43	1.553,71	-11.548,02	-14.772,01	-7.182,25	-35.356,69
Resultado líquido do período	-11.888,66	-35.524,70	64.997,43	1.553,71	-11.548,02	-14.772,01	-7.182,25	-35.356,69



CENTRO ASSISTÊNCIA PAROQUIAL DE CARIA

Anexos
às
Demonstrações
financeiras



Handwritten signature and date: 1/10/16

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1 IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

Designação da entidade: Centro Assistência Paroquial de Caria com o número de identificação de pessoa coletiva 501 636 633

Sede: Urbanização Ceca do Conde, Rua do Lar, 6250-111 Caria.

Natureza da atividade

O Centro Assistência Paroquial de Caria é uma entidade sem fins lucrativos, foi constituída em 1986. O fundo patrimonial da instituição é de 38.507,20 euros. Tem por atividade principal o apoio social sem alojamento a que corresponde e CAE 88990.

A Direção entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da instituição, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa

Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, republicado pelo decreto-lei 98/2015 de 2 de junho e de acordo com a estrutura concetual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020. O sistema de normalização é composto por:

- Bases para a apresentação das demonstrações financeiras (BADF);
- Modelos de demonstrações financeiras (MDF) – Portaria 220/2015 de 24 de julho;
- Aviso n.º 8254/2015, de 29 de julho (Estrutura conceptual);
- Código de contas (CC) - Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho;
- Normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF-ESNL) - Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho
- Normas interpretativas (NI).

3 Adoção pela primeira vez das NCRF — divulgação transitória

A Instituição adotou as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro “NCRF” pela primeira vez em 2012 aplicando para o efeito, a NCRF 3 – Adoção pela Primeira Vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF). As NCRF foram aplicadas retrospectivamente para todos os períodos apresentados. A data de transição foi 1 de janeiro de 2012, e a Instituição preparou o seu balanço de abertura a essa data, considerando as isenções e exclusões a outras normas existentes, permitidas pela NCRF .Foram preparadas e aprovadas, de acordo com as disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei 158/2009, de 13 de julho, republicado pelo Decreto-Lei 98/2015, de 2 de junho e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e relato financeiro (NCRF) e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.



4 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS:

4.1 Bases de apresentação

4.1.1 Continuidade

A Direção procedeu à avaliação da capacidade de a Instituição operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, A Direção concluiu que a Instituição dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

4.1.2 Regime do acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos, são registados nas respetivas contas das rubricas "Outros ativos correntes e Outros passivos correntes".

4.1.3 Consistência de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante.

4.1.4 Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

4.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

4.1.6 Informação comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Instituição, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações



das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- I. A natureza da reclassificação;
- II. A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- III. Razão para a reclassificação.

4.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

4.2.1. Ativos fixos tangíveis

As reintegrações do exercício foram determinadas de acordo as taxas fixadas para este tipo de entidades.

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

Ativo fixo tangível	Vida útil estimada
Edifícios e outras construções	50 anos
Equipamento Básico	entre 4 e 8 anos
Equipamento de transporte	entre 4 e 8 anos
Equipamento administrativo	entre 2 e 8 anos
Outros ativos fixos tangíveis	entre 2 e 8 anos

Os ativos provenientes de doações e outras operações a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, valor pelo qual estão segurados, valor patrimonial tributário ou valor pelo qual figuravam na contabilidade. Os principais bens referem-se a imóveis, os quais são valorizados ao valor patrimonial tributário à data da aquisição gratuita deduzido de eventuais depreciações entretanto realizadas.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais, são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia líquida de amortizações acumuladas, escriturada no ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

4.2.2. Imparidade de ativos fixos tangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis da Instituição com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de “Perdas por imparidade”, salvo



se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de “Reversões de perdas por imparidade”. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

4.2.3. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “*Empréstimo obtidos*” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “*Encargos financeiros*” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “*Juros e gastos similares suportados*”.

Os “*Encargos financeiros*” de “*Empréstimos obtidos*” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “*Investimentos*” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

4.2.4. Participações financeiras em subsidiárias

As participações em subsidiárias, empresas conjuntamente controladas e associadas são registadas pelo método do custo. De acordo com o método do custo, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente ajustadas em função dos gastos incorridos anualmente, após a aquisição.

4.2.5. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento. Este ponto é aplicável a todos “*Instrumentos Financeiros*” com exceção:

- I. Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- II. Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - i. Alterações no risco segurado;
 - ii. Alterações na taxa de câmbio;
 - iii. Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - iv. Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - (i) Alterações no preço do bem locado;
 - (ii) Alterações na taxa de câmbio;



- (iii) Entrada em incumprimento de uma das contrapartes.

Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

O Centro de Assistência Paroquial de Caria adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FICO (first in, first out).

Os inventários que a Instituição detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, dos dois o mais baixo.

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de Fundadores / beneméritos / patrocinadores / associados / membros, que se encontram com saldo final do período, sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade, estão registadas no ativo pela quantia realizável.

Créditos a Receber

Os “Créditos a Receber” encontram-se registados pelo seu custo estando deduzidos no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Outros ativos e passivos correntes

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Instituição avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Caixa e depósitos bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.



Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outros passivos correntes” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

4.2.6. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base na percentagem de acabamento da transação/serviço, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- I. O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- II. É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Instituição;
- III. Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- IV. A fase de acabamento da transação/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

4.2.7. Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma expectativa razoável de que a Instituição irá cumprir com as condições da sua atribuição e de que estes irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam. O reconhecimento no Fundo Patrimonial gera o reconhecimento de passivos relativos ao imposto a pagar correspondentes a esses subsídios.

4.2.8. Provisões

Periodicamente, a Instituição analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e os quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o mesmo montante que a Instituição reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.



Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir um fluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

4.2.9. Imposto sobre o rendimento

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos deste imposto *“As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas”*.

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”*

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 estariam sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87, com as exceções previstas nas alíneas a), b) e c) do n.º 3 do art.º 10.º, exceções que se aplicam à Instituição no exercício em análise relativamente aos rendimentos provenientes das atividades previstas naquele artigo.

O imposto sobre o rendimento do exercício, registado na demonstração dos resultados, quando aplicável, corresponde à soma dos impostos correntes. Os impostos correntes são registados em resultados.

O imposto corrente a pagar, quando aplicável, é calculado com base no lucro tributável da Entidade. O lucro tributável pode ser diferente do resultado contabilístico, uma vez que pode excluir diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis. As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade referente aos anos de 2017 a 2020 ainda poderão estar sujeitas a revisão.



4.2.10. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- I. a receber ou a Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis;
- II. Análises de imparidade de ativos fixos tangíveis;
- III. Análise de imparidade de investimentos financeiros;
- IV. Registo de ajustamentos aos valores dos ativos (Clientes e outros créditos a receber);
- V. Apuramentos dos subsídios à exploração e ao investimento restituir.

4.2.11. Especialização de exercícios

A Instituição regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

4.2.12. Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço (“non adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

5 FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses), líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. Caixa e seus equivalentes em 31/12/2020 e em 31/12/2019 detalha-se conforme se segue:



CENTRO ASSISTÊNCIA PAROQUIAL DE CARIA

Handwritten signatures and initials.

Descrição	Conta	Período	
		31-12-2020	31-12-2019
Caixa (*)	11	204,42	72,24
Depósitos à ordem	12	166.942,96	122.694,77
Total		167.147,38	122.767,01

(*) - Valores guardados em cofre para pequenas despesas e valores recebidos depositados no mês seguinte

6 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não se verificaram alterações dignas de registo

7 INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Nos exercícios findos em 31/12/2020 e em 31/12/2019 o movimento ocorrido na rubrica "Fundos Compensação Trabalho

", foi o seguinte:

Descrição	Período	
	31-12-2020	31-12-2019
Fundos compensação trabalho	14.226,51	11.259,11
Total	14.226,51	11.259,11

8 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Nos exercícios findos em 31/12/2020 e em 31/12/2019 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Descrição	2020					Total
	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	
Ativos						
Saldo inicial	193.679,42	96.235,47	76.004,09	4.470,14	2.429,25	372.818,37
Saldo final	193.679,42	96.235,47	76.004,09	4.470,14	2.429,25	372.818,37
Depreciações acumuladas						
Saldo inicial	181.142,64	81.586,79	76.004,09	4.132,91	2.302,38	345.168,81
Depreciações exercício	1.892,21	3.616,07		190,56	126,87	5.825,71
Saldo final	183.034,85	85.202,86	76.004,09	4.323,47	2.429,25	350.994,52
Ativo líquido	10.644,57	11.032,61		146,67		21.823,85

Os ativos fixos tangíveis são amortizados de acordo com método das quotas constantes durante as vidas úteis estimadas, referidas no ponto 4.2.1.



CENTRO ASSISTÊNCIA PAROQUIAL DE CARIA

[Handwritten signature]
2020

Descrição	2019					Total
	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	
Ativos						
Saldo inicial	193.679,42	95.647,53	76.004,09	4.470,14	2.429,25	372.230,43
Aquisições		587,94				587,94
Saldo final	193.679,42	96.235,47	76.004,09	4.470,14	2.429,25	372.818,37
Depreciações acumuladas						
Saldo inicial	179.250,43	78.413,07	76.004,09	3.812,31	1.956,47	339.436,37
Depreciações exercício	1.892,21	3.173,72		320,60	345,91	5.732,44
Saldo final	181.142,64	81.586,79	76.004,09	4.132,91	2.302,38	345.168,81
Ativo líquido	12.536,78	14.648,68		337,23	126,87	27.649,56

9 INVENTÁRIOS

Nos exercícios findos em 31/12/2020 e em 31/12/2019 a rubrica “Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas”, é detalhado como se segue:

Descrição	31-12-2020	31-12-2019
Saldo inicial	5.577,79	5.355,27
Compras	128.487,63	139.855,13
Saldo final	5.599,66	5.577,79
Gasto no exercício	128.465,76	139.632,61

10 CREDITOS A RECEBER (ATIVO)

Nos exercícios findos em 31/12/2020 e em 31/12/2019 a rubrica “créditos a receber” é detalhado como se segue:

Descrição	Período	
	31-12-2020	31-12-2019
Creditos a receber - Utentes	13.237,00	12.221,99
Total	13.237,00	12.221,99

11 ESTADO E OUTROS ENTES PUBLICOS (ATIVO)

Nos exercícios findos em 31/12/2020 e em 31/12/2019 os saldos na rubrica “Estado e outros entes públicos” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período	
	31-12-2020	31-12-2019
Imposto sobre valor acrescentado		
Restituições IVA	2.586,09	3.851,49
Total	2.586,09	3.851,49



Handwritten signature and date: 2/12/20

12 DIFERIMENTOS (ATIVO)

Nos exercícios findos em 31/12/2020 e em 31/12/2019 os saldos na rubrica “Diferimentos” apresentava a seguinte decomposição.

Descrição	Período	
	31-12-2020	31-12-2019
Seguros	620,01	
Total	620,01	

13 OUTROS ATIVOS CORRENTES

Nos exercícios findos em 31/12/2020 e em 31/12/2019, a rubrica “Outros ativos correntes”, é detalhada como se segue:

Descrição	Período	
	31-12-2020	31-12-2019
Outros ativos correntes	5.727,22	8.046,33
Total	5.727,22	8.046,33

14 CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Nos exercícios findos em 31/12/2020 e em 31/12/2019, a rubrica “outros ativos correntes” é detalhada como se segue:

Descrição	Período	
	31-12-2020	31-12-2019
Caixa	204,42	72,24
Depósitos à ordem	166.942,96	122.694,77
Total	167.147,38	122.767,01

15 FUNDO PATRIMONIAL

Nos exercícios findos em 31/12/2020 e em 31/12/2019, o “Fundo patrimonial” é detalhado como segue:

Descrição	Período	
	31-12-2020	31-12-2019
Fundo patrimonial	38.507,20	38.507,20
Outros instrumentos do capital próprio	140.440,15	140.440,15
Resultados transitados	-139.089,94	-104.175,93
Resultado líquido do período	-7.182,25	-35.356,69
Total	32.675,16	39.414,73



16 FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Foi contratado com a Caixa Geral de Depósitos um empréstimo de 60.000,00 euros pelo prazo de 60 meses, com uma carência de 18 meses

17 FORNECEDORES

Nos exercícios findos em 31/12/2020 e em 31/12/2019 a rubrica “Fornecedores” apresentava um saldo de 22.008,48 euros e 28.152,59 euros, respetivamente.

18 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS (PASSIVO)

Nos exercícios findos em 31/12/2020 e em 31/12/2019, a rubrica “Estado e outros entes públicos” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período	
	31-12-2020	31-12-2019
Retenção impostos sobre o rendimento	4.046,25	2.887,75
Imposto sobre o valor acrescentado	885,21	1.070,47
Contribuições para a segurança social	15.109,45	24.611,02
FCT/FGCT	291,48	256,06
Total	20.332,39	28.825,30

19 OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Nos exercícios findos em 31/12/2020 e em 31/12/2019, a rubrica “Outros passivos” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período	
	31-12-2020	31-12-2019
Credores por acréscimo de gastos - remunerações	95.951,69	94.980,66
Total	95.951,69	94.980,66

20 VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

Nos exercícios findos em 31/12/2020 e em 31/12/2019, a rubrica “Vendas e serviços prestados” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período		Variação
	31-12-2020	31-12-2019	
Vendas			
Produtos Higiene pessoal (produtos incontinência)	18.816,84	16.436,70	14,48%
Prestação de serviços			
Mensalidades/Matriculas	396.247,84	427.335,87	-7,27%
Comparticipações utentes	12.545,35	21.570,07	-41,84%
Quotas/joias	504,00	552,00	-8,70%
Total	428.114,03	465.894,64	-8,11%



21 SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

Nos exercícios findos em 31/12/2020 e em 31/12/2019, a rubrica “Subsídios à exploração” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período		
	31-12-2020	31-12-2019	Variação
I.S.S. - I.P. - Acordos cooperação	485.336,26	443.760,07	9,37%
Autarquias	6.494,02	11.653,95	-44,28%
IEFP - Instituto de Emprego e Formação Profissional	740,49		-
ADAPTAR Social +	7.997,42		-
Doações	5.707,41	3.551,21	60,72%
Total	506.275,60	458.965,23	10,31%

22 CUSTO EXISTÊNCIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

Nos exercícios findos em 31/12/2020 e em 31/12/2019, a rubrica “CMVMC” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período		
	31-12-2020	31-12-2019	Variação
CMVMC	128.465,76	139.632,61	-8,00%
Total	128.465,76	139.632,61	

23 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos exercícios findos em 31/12/2020 e em 31/12/2019, a rubrica “Fornecimentos e serviços externos” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período		Variação
	31-12-2020	31-12-2019	
Trabalhos especializados	10.206,88	14.302,12	-28,63%
Honorários	27.589,05	16.326,00	68,99%
Serviços bancários	31,98	78,86	-59,45%
Ferramentas e utensílios desgaste rápido	1.548,19	2.399,14	-35,47%
Material de Escritório	948,62	1.359,12	-30,20%
Material para limpeza, higiene e conforto	53.545,76	33.518,31	59,75%
Material para conservação e reparação de bens	3.707,68	13.849,29	-73,23%
Artigos para oferta		30,00	-100,00%
Material didático	469,89	783,02	-39,99%
Electricidade	6.689,92	7.945,07	-15,80%
Combustíveis	3.343,85	3.644,94	-8,26%
Água	153,81	178,07	-13,62%
Gás	23.012,85	22.098,49	4,14%
Gasóleo aquecimento	15.022,46	18.393,00	-18,33%



CENTRO ASSISTÊNCIA PAROQUIAL DE CARIA

Descrição	Período		Variação
	31-12-2020	31-12-2019	
Deslocações e Estadas	112,81	69,10	63,26%
Rendas e alugueres	514,36	440,88	16,67%
Comunicação	2.464,96	2.192,80	12,41%
Seguros	857,93	1.403,71	-38,88%
Contencioso e notariado		125,00	-100,00%
Outros Serviços	5.488,76	4.752,72	15,49%
Total	155.709,76	143.889,64	8,21%

24 GASTOS COM O PESSOAL

Nos exercícios findos em 31/12/2020 e em 31/12/2019, o número médio de funcionário foi de 44 e 43, respetivamente, e a rubrica “Gastos com o pessoal” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período		Variação
	31-12-2020	31-12-2019	
Remunerações do pessoal	529.981,09	540.408,93	-1,93%
Encargos sobre remunerações	116.936,75	120.641,76	-3,07%
Seguros acidentes trabalho	5.050,00	5.484,92	-7,93%
Outros gastos com o pessoal	149,12	4.012,73	-96,28%
Total	652.116,96	670.548,34	-2,75%

Número médio de funcionários	60	62	-3,23%
-------------------------------------	-----------	-----------	---------------

25 OUTROS RENDIMENTOS

Nos exercícios findos em 31/12/2020 e em 31/12/2019, a rubrica “Outros rendimentos e ganhos” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período		Variação
	31-12-2020	31-12-2019	
Consignação de IRS	1.264,24		-
Desconto P.P.obtidos	0,60	6,67	-91,00%
Outros não especificados	70,00	47,84	46,32%
Total	1.334,84	54,51	2348,80%



CENTRO ASSISTÊNCIA PAROQUIAL DE CARIA

[Handwritten signatures and initials]

26 OUTROS GASTOS

Nos exercícios findos em 31/12/2020 e em 31/12/2019, a rubrica "Outros gastos" apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período		Variação
	31-12-2020	31-12-2019	
Impostos	701,01	252,41	177,73%
Juros mora		8,39	-
Outros encargos	87,52	207,24	-57,77%
Total	788,53	468,04	68,47%

27 GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIACÃO E DE AMORTIZACÃO

Nos exercícios findos em 31/12/2020 e em 31/12/2019, a rubrica "Gastos/reversões de depreciação e de amortização" apresentava a seguinte decomposição:

Rúbrica	Período		Variação
	31-12-2020	31-12-2019	
Ativos fixos tangíveis (nota 8)	5.825,71	5.732,44	1,63%
Total	5.825,71	5.732,44	1,63%

28 CUSTO MÉDIO UTENTES

Descrição	Apoio Domiciliário	Centro de Dia	LAR
Total de encargos	165.656,17	70.261,30	480.655,34
Número médio de utentes	28	11	45
Custo anual por utente	5.916,29	6.387,39	10.681,23
Custo médio mensal por utente	493,02	532,28	890,10

Descrição	Creche	Jardim	ATL
Total de encargos	94.939,92	78.350,54	53.043,45
Número médio de utentes	31	25	30
Custo anual por utente	3.062,58	3.134,02	1.768,12
Custo médio mensal por utente	255,21	261,17	147,34

29 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LIQUÍDO DO EXERCÍCIO

A distribuição de resultados obedece ao definido nos estatutos. A proposta da aplicação de resultados encontra-se apoiada em mapa próprio que se junta ao presente anexo e dele faz parte integrante, devidamente rubricado pelos membros da Direção.



30 DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

A Direção informa que a Instituição não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de outubro, a Direção informa que a situação perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

31 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2020.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

O alastrar mundial da epidemia do vírus Covid-19, e do impacto das medidas de contenção entretanto tomadas pelas diversas autoridades, fazem antecipar uma degradação acentuada do perfil do crescimento económico em 2021. A propagação do surto Covid-19, obrigou ao encerramento de valências da terceira idade, como por exemplo os centros de dia, que irá provocar um efeito negativo na atividade desenvolvida. A escala, dimensão e duração do atual momento de incerteza, torna difícil avaliar a dimensão dos seus impactos diretos e indiretos, e, como tal, estimar, à data de hoje, o seu valor.

No entanto e tendo em conta a atividade a desenvolver em 2021, é expetativa da direção que os impactos terão efeitos muito significativos. No entanto, dada a incerteza, a direção não está em condições de fornecer informação económica e financeira exata, sobre o impacto da pandemia nos gastos e rendimentos da Instituição.

Considerando os desenvolvimentos recentes, existe ainda muito incerteza sobre o futuro desenvolvimento da situação. Nesta data Direção informa que não existem indicadores de que as atividades da instituição venham a ser interrompidas, e por isso, entendemos que não está em causa a continuidade da Instituição.

32 DATA DE APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES PELA DIREÇÃO

A Direção aprovou as demonstrações financeiras em 2021/07/22

Contabilista Certificado	Presidente	Vice Presidente	Secretário	Tesoureiro
 José Damasceno Inscrito na OCC sob o n.º 1589	 Vítor Manuel Mendes Alves	 José Manuel Monteiro Alves	 José Garcia de Matos	 Jorge Manuel Porfírio Gomes